

Novos cenários, antigas reivindicações: associações de moradores da Pedreira Prado Lopes no contexto dos programas de urbanização em Belo Horizonte¹

New scenarios, old demands: associations of residents of Pedreira Prado Lopes in the context of urbanization programs in Belo Horizonte



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v12i2.2929>

Alexandra Nascimento Passos

Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Professora do CEFET/MG e do Centro Universitário UNA

Email: alexandranascimento@uol.com.br



<https://orcid.org/0000-0003-0035-547X>

Recebido em: 18/12/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: O presente trabalho, tomando como referência as intervenções realizadas na Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela de Belo Horizonte analisa, à luz dos pressupostos teóricos conceituais referentes à segregação sócio espacial, participação e direito à cidade, e as relações estabelecidas entre o poder público e as associações de moradores na implementação dos programas de urbanização de assentamentos precários. A política habitacional do município adota como premissa a gestão participativa, que objetiva promover o envolvimento dos moradores nos projetos de urbanização e provisão de moradias. Desta forma, as intervenções promovidas pelo poder público são norteadas por um diagnóstico construído com a participação da comunidade. Nesse processo, as associações de moradores – espaços de mobilização e identidades – atuam como mediadoras dos diálogos entre poder público e comunidade. A metodologia adotada neste trabalho consiste na análise documental e do relato oral que permite compreender as construções de imaginários e memórias acerca daqueles espaços que emergem em meio às tensões inerentes ao processo. Para tanto, foram analisados documentos oficiais, dentre os quais as atas das reuniões realizadas pelo poder público junto à comunidade para elaboração do diagnóstico, bem como as atas das reuniões das associações de moradores. Entrevistas com as lideranças das associações, agentes do poder público e moradores foram realizadas com o intuito de verificar como se deu o processo de participação, mediado pelas associações, ao longo das intervenções ainda em curso. As análises apresentam os limites dos mecanismos da gestão participativa revelando um distanciamento entre os interesses das comunidades e as intervenções realizadas.

Palavras-chave: Segregação sócio espacial; gestão participativa; urbanização; assentamentos precários; associativismo urbano.

Abstract: The present work, taking as a reference the interventions carried out in Pedreira Prado Lopes, the oldest favela in Belo Horizonte, analyzes, in the light of conceptual theoretical assumptions regarding socio-spatial segregation, participation and the right to the city, and the relationships established between the public authorities and residents' associations in the implementation of urbanization programs for precarious settlements. The municipality's housing policy adopts participatory management as a premise, which aims to promote the involvement of residents in urbanization projects and housing provision. In this way, the interventions promoted by the public power are guided by a diagnosis constructed with the participation of the community. In this process, residents' associations - spaces of mobilization and identities - act as mediators in the dialogues between public authorities and the community. The methodology adopted in this work consists of the documentary analysis and the oral report that allows to understand the constructions of imaginary and memories about those spaces that emerge amid the tensions inherent to the process. To this end, official documents were analyzed, including the minutes of the meetings held by the government with the community to prepare the diagnosis, as well as the minutes of the meetings of the residents' associations. Interviews with the leaders of the associations, government officials and residents were carried out in order to verify how the participation process, mediated by the associations, took place during the interventions still in progress. The analyzes present the limits of the participatory management mechanisms, revealing a gap between the interests of the communities and the interventions carried out.

¹ Este trabalho foi apresentado e publicado nos anais no XXXII Congresso Internacional ALAS Perú 2019: Hacia un Nuevo Horizonte de Sentido Histórico de una Civilización de Vida e apresenta os resultados parciais referentes à pesquisa "Dilemas e perspectivas dos processos participativos nos projetos de urbanização de assentamentos precários no município de Belo Horizonte: a Pedreira Prado Lopes" realizado no Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBh financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

² "As justificativas para as reformas urbanas nas cidades brasileiras e mesmo para a construção – caso de Belo Horizonte – residem na necessidade de modernizar, embelezar e, sobretudo, de sanear. Remeter a Paris para se referir a Belo Horizonte se deve, inicialmente, à influência do plano de Haussmann na concepção da nova capital do Estado inaugurada em 1897. O projeto elaborado pela equipe do engenheiro Aarão Reis é apresentado como inspirado por três experiências anteriores: a Paris de Haussmann, a Washington de Pierre Charles L'Enfant e La Plata. Para Aguiar (2006) essas intervenções traziam em seu cerne a criação de um modelo abrangente de cidade, para além dos traçados e das soluções meramente urbanísticas. La Plata e a Cidade de Minas ainda tinham em comum a construção da modernização em bases urbanas, pautadas pelo ideal de progresso e por anseios de modernidade. O projeto para a nova capital evidência em seu traçado a segregação socioespacial. Na passagem do século, a política higienista, matriz ideológica que norteia práticas e discursos, adequava-se ao projeto político-econômico-social subjacente à consolidação da república em seus desdobramentos regionais e municipais. Em Minas, a capital deveria apresentar um planejamento urbanístico e arquitetônico digno de novos tempos e sua implantação foi marcada pelo completo desprezo pelo antigo arraial, cuja população era considerada atrasada: a Cidade de Minas era merecedora de uma população condizente com sua modernidade (NASCIMENTO, p. 77, 2012).

Keywords: Socio-spatial segregation; participative management; urbanization; precarious settlements; urban associations.

Introdução

A Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela de Belo Horizonte, localizada na região Noroeste do município de Belo Horizonte, surgiu por volta de 1910, e foi inicialmente ocupada por operários que foram trabalhar na construção da nova capital². Ao longo de sua história, semelhante às de outras favelas localizadas próximas às áreas centrais da capital, os moradores conviveram não apenas com a remoção realizada na década de 1940, mas também, a partir de sua permanência no local, com as precárias condições de moradia e infraestrutura que atualmente ainda podem ser observadas, agravadas pelo aumento do número de habitantes.

Em grande parte das políticas públicas implementadas no século XX, as favelas e seus moradores foram percebidos como um problema a ser resolvido a partir da disseminação de uma imagem negativa desses espaços como o lugar do perigo, da violência, das epidemias, enfim, do atraso entendido como obstáculo para o progresso. As narrativas sobre esses espaços constroem as representações da “favela” e do “favelado”, associadas à ideia de anormalidade e marginalidade. Nesse sentido,

A denominação de favelado, originalmente qualificado de lugar geográfico, passou a representar também um lugar social na pobreza, e morar na favela é sinônimo não apenas de ser pobre e pertencer ao mundo popular, mas também ao mundo dos problemas. Com a crescente difusão da ideia de favela como enclave ou “gueto”, como espaço social territorializado, parece reafirmada a ideia da pobreza que gera problemas. Um círculo vicioso que estigmatiza (VALLADARES; COELHO, 1995, p. 65).

A partir da década de 1990, é possível observar um significativo aumento da produção acadêmica e historiográfica sobre as cidades, marcada pela reflexão crítica sobre os impactos da modernidade no cenário urbano. As análises destacam as ambiguidades dos processos de modernização no espaço urbano e seus reflexos na construção das identidades dos seus habitantes. Tais produções destacam, dentre outras reflexões, as transformações, resistências e permanências de práticas culturais de grupos distintos, que, em meio às transformações dos espaços justificadas pela entrada na modernidade, constroem relações distintas com a cidade³.

As memórias, assim como as identidades e os territórios são construções em constante transformação, resultantes das ações e das interações entre os sujeitos. Nesse sentido, pensar as relações entre memória, identidade e território significa compreender que estas se estabelecem a partir de relações sociais desenvolvidas em meio às lutas, negociações, conflitos e consensos entre os sujeitos. Assim, a partir da década de 1990, os grupos antes esquecidos pelas análises historiográficas, emergem como protagonistas das novas interpretações sobre a memória, o modo de viver e as práticas culturais dos habitantes que constroem e vivenciam os espaços da cidade.

Tais visões se materializam nos espaços urbanos a partir das ações do poder público municipal de Belo Horizonte, cuja política habitacional previa o envolvimento dos moradores, que deveriam participar na definição e ordem de prioridade das in-

²NASCIMENTO, A.; FONSECA, A. C. O.; BRITO, I. N.; SANTOS, J. R.; D'ANGELO, L. F.; ZAMIT, M. N. R.; PESSOA, S. C.; OLIVEIRA, T. F. (2019). As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes. In: MARTINS, Bianca Carvalho. (Org). O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2. 1ed.: Atena Editora, v. 2, p. 257-271.

³NASCIMENTO, A.; FONSECA, A. C. O.; BRITO, I. N.; SANTOS, J. R.; D'ANGELO, L. F.; ZAMIT, M. N. R.; PESSOA, S. C.; OLIVEIRA, T. F. (2019). As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes. In: MARTINS, Bianca Carvalho. (Org). O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2. 1ed.: Atena Editora, v. 2, p. 257-271.

⁴Próxima a Belo Horizonte, devido à generosidade das reservas auríferas no período colonial, o arraial de Sabará tornou-se populoso, o que lhe valeu, em 1711, a elevação à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, que abarcou os outros arraiais. Assim, a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará se tornou uma das mais importantes da Capitania das Minas. A vila se tornou um importante empório comercial e um centro de ourivesaria que produziu finas alfaias e jóias que se tornaram famosas no Brasil. Em 6 de Março de 1838, a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará foi elevada à cidade, sendo seu nome oficial reduzido a Sabará (Fonseca & Menezes, 2004).

tervenções para melhorar o ambiente onde viviam. Nesse sentido, a participação possibilitaria que as escolhas sobre as transformações no lugar no qual residiam partissem daqueles que vivenciavam cotidianamente o espaço⁴.

Ainda que as obras não estejam concluídas, as intervenções urbanísticas realizadas na Pedreira Prado Lopes permitem compreender questões mais amplas acerca da gestão participativa. Nesse sentido, buscou-se compreender, a partir das visões do poder público e dos moradores, entre a expectativa e a realidade, os limites e possibilidades dos processos participativos.

História e memória da Pedreira Prado Lopes: a construção dos espaços

A Pedreira Prado Lopes é a favela de ocupação mais antiga do município de Belo Horizonte. A área onde se localiza começou a ser ocupada por volta de 1910 por pessoas que vieram de várias regiões de Minas e até mesmo de outros Estados, atraídas por promessas de prosperidade e oportunidades de trabalho que, na ocasião, surgiam juntamente com a construção planejada de Belo Horizonte. Seus primeiros moradores foram, portanto, trabalhadores que construíram a nova capital.

Segundo registros da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), o nome dado à ocupação remete, em primeiro lugar, à família Prado Lopes, que era proprietária de vários terrenos naquela área, na qual existiam pedreiras que forneciam matéria prima para a construção da cidade. No entanto, segundo Ribeiro (2001), na versão de alguns moradores antigos, a vila surgiu após a abolição da escravidão. A região da Pedreira pertencia ao município de Sabará⁵, importante centro minerador que abrigou um grande número de cativos até o final da escravidão. Assim, os escravos libertos teriam se fixado naquele local, recém saídos do cativeiro, estabeleceram ali suas moradias. Nesse sentido, pertencer a um lugar construído por escravos libertos e excluídos após a abolição reforça a identidade da favela, espaço constituído por grupos também marginalizados e de luta cotidiana pela sobrevivência que se inicia, antes de tudo, pela resistência em ali permanecer. Observa-se assim, que as narrativas permitem entrever pessoas, lugares e objetos, referências culturais constituídas pelos moradores e que constituem o patrimônio da Pedreira. Em entrevista a moradora relata:

Pelo mais ou menos que eu entendo a Pedreira também foi quilombo⁶... se você procurar pela história a Pedreira foi quilombo, porque a maioria no começo dela é negro e indígena. Só foi sendo popularizada mesmo pelo pessoal do interior, eu tenho que lembrar, eu esqueço o nome desse prefeito que prometeu casa pro pessoal do interior que vieram pra cá com a intenção de ganhar casa... pra não ganhar nada, "né" (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Na tessitura da narrativa, os moradores constroem uma memória do espaço como lugar de resistência e rompe o sentido de linearidade na história por meio da memória, que permanece e se atualiza. A memória dos libertos permite estabelecer um vínculo comum com os grupos com os quais se identifica. Desse modo, a memória coletiva, reconhecida como narrativa legítima do passado, atua como elemento constituinte de uma identidade social.

A origem da Pedreira Prado Lopes, segundo a versão oficial, não se difere daquelas que surgiram no momento inicial de construção da cidade, que ainda em 1895, dois anos antes de sua inauguração, já apresentava duas áreas ocupadas que abrigavam aproximadamente 3000 pessoas:

⁴O imaginário do quilombo em relação à favela, que abriga em sua maioria negros e pobres, é frequentemente reafirmado nas críticas à condição social destes grupos. No carnaval do Rio de Janeiro de 2018, a Escola de Samba Grêmio Recreativo Paraíso do Tuiuti, apresentando um enredo questionador sobre os 130 anos da abolição da escravidão brasileiro, foi vice-campeã no Grupo Especial. O samba "Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?" apresentava em seu refrão: "não sou escravo de nenhum senhor, meu paraíso é meu guardião, meu Tuiuti, o quilombo da favela, é sentinela da libertação".

⁵A apreensão da terminologia adotada para se referir aos lugares constitui-se referência para a percepção dessas construções: o uso da expressão "invasão de áreas públicas", presente nos documentos oficiais, naturalizada e incorporada por parte dos habitantes das cidades na atualidade, permite pensar acerca da imagem construída sobre aqueles que não possuíam – e ainda não possuem – o direito à cidade. A expressão reforça o estigma da ilegalidade, e justifica, em grande parte as intervenções "modernizadoras". Cabe ressaltar que uma grande pauta de luta e linha de resistência dos movimentos sociais atuais está na defesa do termo ocupação em contraposição a terminologia invasão. De acordo com os atores sociais presentes nos movimentos, ocupação é a forma mais legítima de defender quem luta por direito à cidade, já que é carregado de sentido político (Santos & Mayorga, 2017).

Como se sabe, esta foi a origem das primeiras favelas da cidade. Belo Horizonte era uma capital destinada às classes média e alta, não possuindo local para a instalação das pessoas de baixa renda que vinham do interior atrás de condições melhores de vida, seja saúde, emprego, educação, água e luz, ou para os que serviram de mão-de-obra na capital. Restava a elas a invasão⁷ de áreas públicas ou particulares, onde surgiram as primeiras vilas e favelas. A Pedreira não fugiu a esta regra, pois as pessoas que nela se instalaram não encontraram nada do que vieram procurar. No início de sua existência, ela não possuía nenhuma infraestrutura. Não havia água, luz, esgoto, calçamento. As casas não eram ainda de alvenaria, mas de adobe, madeira, latão. Os moradores conseguiam água através de cisternas e minas, usavam fossas e lamparinas (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, 1998).

De acordo com Guimarães (1992), inicialmente o poder público não demonstrou preocupação com as invasões e sim com a garantia da mão de obra necessária para a construção da cidade. Pode-se observar a utilização do termo “invasões” no documento citado anteriormente, o que reforça a imagem acerca dos moradores do local. No projeto da nova capital, às elites, estava destinada a área central da cidade, denominada “Zona urbana”, caracterizada pelos altos preços dos terrenos devido à especulação imobiliária e exigências para a construção e conservação das casas; aos pobres e trabalhadores, a “Zona suburbana”, a periferia, ocupada desordenadamente.

O surgimento de cafuas (casas de barro cobertas de capim) e barracos (casas de tábuas, cobertas com capim ou zinco) subverteu o projeto da nova capital que previa a expansão do espaço central ordenado, moderno e dominante, para os espaços periféricos, dominados, do urbano para o suburbano: a cidade cresceu no sentido oposto, sendo a população excluída do espaço central que de fato determinou a produção da cidade. No relato de uma antiga moradora, é possível perceber as dificuldades vividas no cotidiano da Pedreira desde o início de sua formação:

Como não havia luz, era proibido sair do seu barracão de noite, entre 22:00hs e 05:00hs da madrugada a não ser por motivo de doença ou de morte. Duas equipes de guardas noturnos a cavalo e armados de uma longa espada patrulhavam a noite toda na favela para que essa lei fosse respeitada. Depois voltavam para o seu quartel (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 08, Abril de 1997).

Cabe destacar que o chamado “toque de recolher”, que intitula o relato da moradora, permaneceu ao longo dos tempos na Pedreira. Nos momentos de violência extrema, nos episódios ligados ao tráfico de drogas, os moradores relatam a existência desta prática ainda nos dias atuais, seja por imposição ou pelo medo de sair às ruas.

Na década de 1930, surgiram as primeiras preocupações do Estado em elaborar políticas sociais, dentre as quais uma política de habitação: os debates sobre moradia revelavam os interesses de um país que se industrializava, e que percebia a habitação como condição de reprodução da força de trabalho. Segundo Bonduki (2004),

[...] o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, visto ser ela conveniente

⁸Duas grandes realizações para o proletariado, Jornal Estado de Minas, 12.12.1942, p.5.

para o modelo de capitalismo que se implantou no país a partir de 1930, por manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e viabilizar o investimento na industrialização do país (BONDUKI, 2004, p.12).

Tais soluções explicam historicamente e em grande parte a conformação das metrópoles brasileiras, nas quais periferias são destinadas aos pobres. Não obstante, uma nova concepção de planejamento urbano, o urbanismo moderno, se apresenta como solução para a desordem urbana. Corroborando com o discurso higienista em voga no período, que percebe a favela como uma ameaça e obstáculo para os interesses de um projeto de cidade moderna e civilizada, o prefeito Juscelino Kubitschek ordenou a desapropriação de parte da Pedreira Prado Lopes para a construção do Conjunto Habitacional IAPI. Juscelino Kubitschek profere o seguinte discurso:

Fonte de discórdia onde vivia um aglomerado de pessoas da mais diversa procedência e também levando cada um uma vida bem diferente de seu vizinho. A pedreira, situada além da Lagoinha, mas distante apenas 1 km da cidade, estava mais perto que muitos bairros residenciais. Gente humilde, trabalhadora, vivia, muitas vezes, no barracão separado do vizinho malandro e desordeiro apenas por frágil parede de tábuas ou latas. A promiscuidade, a falta de ordem, a contínua bebedeira imperava nos botequins daquele aglomerado de casas e eram um perigo para os bons costumes. Raro o dia em que, dos morros da pedreira, não descia um ferido e mesmo um cadáver, tais as brigas em que se empenhavam as pessoas dali⁸.

Para a construção do conjunto habitacional, parte da favela foi removida e os antigos moradores da Pedreira direcionados para áreas ainda mais distantes, em função da expansão da Avenida Presidente Antônio Carlos, em direção a Pampulha, conforme relatório abaixo:

A atenção que demos à criação do bairro residencial da Pampulha tinha de ser contrabalançada [...] a dois passos da cidade se vinham localizando classes de menor capacidade econômica, operários e até mendigos [...] verificamos a possibilidade de subdividir aquela área e revender ou aforar toda a gleba sem dúvida valorizada pelas condições naturais e pelos serviços que já haviam atingido. (Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek, 1940, p. 76)⁹.

Segundo depoimento de uma antiga moradora da Pedreira,

Naquela época não havia ruas asfaltadas, não existia o Colégio Municipal, O Odilon Behrens nem o IAPI. Tudo era favela. No meio encontrava-se a britadora que quebrava as pedras o dia todo. Está aí o nome de Pedreira. O prefeito tirou uma parte dos favelados para lhes dar uma casa. Mas esqueceu a promessa, construiu o IAPI para os aposentados da indústria (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 08, Abril de 1997).

Contrariando as determinações do poder público, parte dos moradores retornou e se estabeleceu na área contígua ao Conjunto. Ao longo dos anos, sucessivas remoções

⁹BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório do Prefeito Juscelino Kubitschek. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1940.

marcaram a construção dos espaços da Pedreira. Estas, bem como a chegada constante de trabalhadores que se estabeleceram em uma área cada vez mais reduzida, fez com que os espaços fossem cada vez mais adensados, agravando as condições de vida já bastante precárias de seus moradores (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, 1997).

O cenário brasileiro no final da década de 1970 e início da década de 1980 caracterizava-se pela crise econômica, agravamento das desigualdades socioespaciais e do acirramento das lutas e conquistas dos movimentos sociais, bem como a mobilização de distintos setores da sociedade civil. Observa-se em Belo Horizonte o fortalecimento dos movimentos sociais – pastorais e associações que, unidos em torno de objetivos comuns, exerceram pressão sobre o poder público para a elaboração de políticas urbanas sistematizadas.

Nesse período, tiveram início as reivindicações coletivas dos moradores da Pedreira Prado Lopes e as ações do poder público estadual, que visavam dotar a comunidade de serviços de água e luz para a maioria dos moradores. Em 1974 é criada a União Prado Lopes, a primeira associação de moradores da Pedreira Prado Lopes. Em resposta às pressões populares,

depois da instalação da primeira torneira pública, outras foram sendo instaladas, embora com intervalos de tempo de vários anos. Os primeiros que conseguiam ligações cediam “bicos” para vários outros. Os que conseguiam primeiro eram geralmente os que moravam nas bordas da Pedreira, em frente a áreas que já possuíam redes de água e luz. O certo é que a conquista desses benefícios foi lenta, demorada e difícil (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, 1997).

Na esteira dos movimentos de redemocratização, a Constituição de 1988, apresentava artigos que determinavam a atuação do poder público sobre a questão da moradia. Em consonância com a Carta Constitucional, o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, instituído em 1996, tinha como atribuições:

Desenvolver programas e destinar recursos para a urbanização e a regularização fundiária de favelas, a complementação da infraestrutura urbana de loteamentos populares e o reassentamento de população desalojada em decorrência de obras públicas ou calamidades; promover o reassentamento, preferencialmente em área próxima ao local de origem, dos moradores das áreas de risco e das destinadas a projetos de interesse público ou dos desalojados por motivo de calamidade. (BELO HORIZONTE, PLANO DIRETOR, 1996, Lei 7.165, ART. 31/ VI X).

Nesse sentido, a promoção do reassentamento em áreas próximas ao local de origem das famílias removidas pode ser entendida como um avanço na discussão sobre política de habitação no país e incorporada aos programas habitacionais do município de Belo Horizonte, uma vez que esta pode contribuir para uma manutenção dos vínculos sociais, redução da segregação sócio espacial e contribuir para o exercício da cidadania (ALMEIDA, 2015).

As intervenções realizadas na Pedreira: narrativas, diálogos e mediações

A década de 1990 foi marcada pelas contradições estabelecidas entre dois processos: a globalização

da economia, calcada na adoção de preceitos neoliberais e o protagonismo de movimentos sociais que buscavam ampliar as conquistas da cidadania. Nesse contexto, surgiram distintos entendimentos acerca dos modelos de políticas públicas. Se por um lado, é possível identificar perspectivas que coadunavam com receituário neoliberal, relacionadas às ações gerenciais na definição de políticas públicas ou sociais de caráter meramente instrumental que negligenciam a complexidade da sociedade, como espaço de poder, conflito, aprendizagem e mudança, por outro lado, identifica-se, também, o aumento das reivindicações e conquistas de ampliação da participação popular como processo intrínseco à construção da cidadania por meio do conhecimento e da organização dos sujeitos diante de sua realidade. Assim,

no contexto dos anos 1990, a participação passou a ser vista sob o prisma de um novo paradigma – como Participação Cidadã, baseada na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado. A participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque as políticas públicas ganharam destaque e centralidade nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social (GOHN, 2002, p. 12).

A partir da década de 1990, em consonância com o fortalecimento dos processos participativos previstos na Constituição de 1988, a política habitacional do município de Belo Horizonte passou a adotar como premissa, a gestão participativa, cujo principal objetivo, no que se refere às vilas e assentamentos precários, era promover o envolvimento dos moradores nos projetos de urbanização e provisão de moradias. O Orçamento Participativo de Belo Horizonte foi implantado em 1994 com o objetivo proporcionar ao cidadão condições de participar efetivamente de decisões relativas à gestão da cidade.

Pautada em uma visão do direito à cidade e no entendimento de que as intervenções deveriam ocorrer de maneira integrada, legitimadas pela participação efetiva dos moradores, o poder público municipal realizou diversas intervenções norteadas por um diagnóstico, cuja proposta, construída com a participação da comunidade, era conhecer a realidade destas. Nesse sentido,

aprofundaram-se as ações em favelas, em direção a uma visão do direito à cidade e da necessidade de se trabalhar de maneira integrada as intervenções no território, casando urbanização, regularização fundiária, serviços públicos, programas de acesso a trabalho e renda e fortalecimento da organização e da participação comunitária em todo o processo. Essa visão “estrutural” teve seu marco inicial com o Programa Alvorada (PBH/Urbel/AVSI) e culminou na obrigatoriedade de elaboração dos Planos Globais Específicos – PGE¹⁰ antes da realização de qualquer intervenção em áreas decretadas como Zonas de Especial Interesse Social (LIBÂNIO, 2016, p. 768).

Tais intervenções foram objeto de distintas análises¹¹, que enaltecem a possibilidade de participação, que resultou em maior envolvimento da comunidade no processo de produção dos espaços vividos. Em uma visão distinta, outras análises apontam, dentre outras questões, a morosidade na implementação das ações, que, além da necessidade na aprovação nos Orçamentos Participativos que ocorrem anualmente, ultrapassam o período previsto para a sua execução, o que acarreta um aumento

¹⁰ O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que norteia as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade destas áreas, considerando os aspectos urbanístico, socioeconômico e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nestes locais e integrá-los ao conjunto da cidade (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, 2018).

¹¹Ver: Libânio (2016); Gomes (2008); Almeida (2015); Vargas (2006); Bedê (2005).

significativo na previsão de custos; falta de recursos ou de vontade política das administrações que sucederam os governos responsáveis pela implementação do Orçamento Participativo (LIBÂNIO, 2016).

As associações de moradores, constituíram-se historicamente a partir da identidade destes com o território, da luta ou reivindicação de melhorias urbanas e da capacidade de mobilização e politização dos espaços urbanos, cujo caráter era de autonomia perante a política institucional. Estas associações assumiram novas formas de atuação a partir dos novos processos de democratização, passando a atuar como mediadoras dos diálogos entre o poder público e a comunidade para que, a partir dos canais de participação instituídos, tivessem suas demandas atendidas.

Ao longo dos anos, as lutas e conquistas dos moradores da Pedreira construíram um sentimento de pertencimento àquele lugar. Tal sentimento se materializa nas páginas do *Jornal Fala Pedreira*, produzido pela Associação de moradores e por parte da comunidade. Por meio dos registros apresentados no jornal, publicado mensalmente, é possível analisar a trajetória do trabalho de mobilização da primeira associação de moradores da Pedreira Prado Lopes, a União Prado Lopes e a sua atuação frente ao poder público nos momentos em que eram implementadas as intervenções nos espaços da Pedreira.

Os jornais analisados datam do período compreendido entre os anos de 1997 e 2002. Cabe destacar que as análises não contemplaram todas as edições, apenas parte delas, uma vez que estas não foram encontradas em sua totalidade.

A primeira edição data de 1996. Nesta, o jornal trazia, logo abaixo do título, a seguinte apresentação, que permaneceu em todas as edições analisadas: “Um instrumento independente de caráter informativo da comunidade da Pedreira Prado Lopes”. O jornal abordava assuntos de interesse da comunidade, tais como relatórios sobre as ações do poder público na área, cuidados com a saúde, eventos culturais, dentre outros informes. A preocupação em manter os moradores informados e mobilizados diante das ações do poder público pode ser percebida na grande maioria de suas edições.

A edição Nº 06 de janeiro de 1997, por meio de uma “fábula”, destacou a importância do envolvimento dos moradores na Associação e no Orçamento Participativo, além de divulgar a necessidade do cuidado com o descarte de lixo. Percebe-se no texto a adoção de um gênero discursivo narrativo próprio da literatura infantil, de caráter pedagógico:

Era uma vez... um peixinho que vivia com sua família e os outros peixes em uma loca toda suja, cheia de lama e mau cheirosa. Este peixinho resolveu nadar para um lugar melhor, conviveu com outras comunidades de peixes, viu muitas coisas bonitas e como não era egoísta quis voltar e contar tudo aos outros peixes de sua loca querendo que todos entendessem que tinham muito o que melhorar em sua comunidade. Mas os peixes mais acomodados lhe falavam: ‘A vida toda vivemos assim, por que mudar? Você está louco!’ Mas o peixinho não desanimou, falava e falava dia e noite (...) até que um dia lhe veio uma ideia. Ajuntou-se a mais alguns peixinhos que também graças a ele já estavam conscientizados da importância de se melhorar e fundaram uma associação, que se denominou ASSOCIAÇÃO PRÓ MELHORAMENTOS MARÍTIMOS. A partir daí se fortaleceram com a união de outros peixes, compraram um alto falante e fundaram um jornal, os quais usavam incansavelmente e a partir daí conseguiram não só resolver o problema da sujeira e do lixo mas também conseguiram através do ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MARÍTIMO à transformação de sua comunidade na mais bem organizada e melhor de se viver em todos os mares. E então companheiros, vamos seguir o exemplo dos peixinhos, nos organizar e aca-

bar com o lixo (Jornal Fala Pedreira, p. 02, Edição nº 06, Janeiro de 1997).

Na mesma edição, é possível perceber os conflitos inerentes aos espaços urbanos, lugares de diversidade e do encontro. Nesse sentido, a memória social, tomada como forma de poder, não é construída sem embates. Espaço de disputas, escolhas e negociações, as narrativas sobre o território como espaço vivido, também refletem as relações políticas e as visões de mundo dos distintos sujeitos que a ele atribuem diversos significados. Em um artigo intitulado “Um recado aos mal informados e oportunistas”, é possível perceber tais disputas:

Existem pessoas em nossa comunidade que escutam rádio, leem jornal, veem TV e até mesmo citam partes da Constituição se acham inteligentes e se julgam muito bem informadas, mas na realidade não sabem nada a respeito de lutas sociais: Saúde, educação, moradia, transporte e sobretudo direito a cidadania. Não sabem os mesmos o significado da Palavra Associação, que quer dizer, se unir a outras pessoas através de filiação e de contribuição mensal para fortalecimento da entidade que por sua vez estando fortalecida com a participação de todos lutará pelos interesses de seus associados. Não sabendo nada disso, os oportunistas se aproveitam do momento difícil que atravessou nossa comunidade com a chegada das chuvas e o desabamento de algumas casas para ir às ruas falar mal de nossa associação promover a criminoso invasão do prédio da Caixa D’água. Por essas e por outras nós perguntamos a vocês: Onde estavam estes que hoje nos criticam há quatro anos atrás na época da luta pelo Centro de Saúde? Onde estavam eles na época da luta pela Escola Profissionalizante (orçamento participativo 96) ou para a urbanização da favela (orçamento 97)? Por isso não critiquem, unam-se a nós, pois os lugares de vocês na luta ainda estão vagos (Jornal Fala Pedreira, p. 03, Edição nº 06, Janeiro de 1997).

As críticas à implementação dos projetos e a questões mais amplas relativas ao direito à cidade podem ser observadas no editorial da edição de maio de 1998 do *Jornal Fala Pedreira*, à época da inauguração de um condomínio fechado na Região Metropolitana de Belo Horizonte:

ALPHAVILLE Você conhece? Provavelmente não. É o nome de um enorme conjunto habitacional de luxo situado na grande periferia de São Paulo. Praticamente é uma cidade de 30.000 habitantes, totalmente cercada e protegida do mundo exterior. A maioria dos moradores são executivos e seus familiares encontrando lá supermercados, escolas, cinemas, piscinas, áreas de lazer etc. A riqueza desse pessoal é tão grande que, para evitar os problemas do trânsito e da violência, muitos vão trabalhar cada dia no centro de São Paulo de helicóptero. A ida e volta custa mais do que o nosso salário mínimo. Porque falar desse assunto que parece tão longe das preocupações cotidianas da maioria dos nossos leitores? Simplesmente porque no mês passado, a mídia anunciou a realização de um projeto semelhante perto de BH, na região de Nova Lima. Em um instante, mais de 2.000 lotes foram vendidos a um preço médio, segundo revelam os jornais, de 100 mil reais cada um. Isso comprova mais uma vez que no Brasil e especialmente aqui em BH, há muito dinheiro. O que falta é a repartição e também a luta real contra a sonegação de impostos. A Prefeitura e o governo Estadual ou Federal não tem política habitacional para os pobres por falta de vontade de repartir a renda entre todos. Por isso hoje a Copasa não é capaz de recuperar a pavimentação das ruas Guapé e Araribá. Nas negociações do Plano

Global da PPL é difícil também explicar a Urbel que temos direito de morar em lugar digno igual a qualquer outro belo horizontino. Temos que exigir a urbanização real da nossa favela e de todas as favelas antes da construção de um “Alphaville” aqui. Isso depende da nossa luta, da nossa união (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 19, Maio de 1998).

Os moradores da Pedreira, ao longo das lutas por melhoria na qualidade de vida, acumularam histórias e memórias ao longo dos tempos, construídas sobre seus espaços. Em entrevista realizada com uma moradora, a referência ao Condomínio Alphaville ressurgiu na fala de uma moradora, em contraposição à homogeneidade que pode ser observada nos condomínios fechados não somente em relação aos grupos sociais que ali residem, mas em relação ao espaço construído:

A gente tem o lado bom, o lado ruim, tem histórias, tem tudo aqui... Acho que ser morador da Pedreira não é ser morador de... que eu falo assim: nós somos morador do Alfa-vela e não Alphaville, né? É interessante, porque é uma comunidade que é bem variada. E a gente tem de tudo aqui (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

O imaginário acerca da Pedreira, tal como produzida pela imprensa e apropriada por grande parte da população da cidade representa a favela como lugar da violência. A região na qual se insere possui elevado índice de criminalidade e é, comumente, assunto de reportagens policiais. Os moradores discordam dessa generalização e enaltecem, dentre outras qualidades, a luta pela construção e permanência naquele lugar: Quando a gente estava na luta forte mesmo pra tudo acontecer, o nosso lema pra poder tentar trabalhar com morador, era falar que ao invés de mudar da Pedreira a gente tinha que mudar a Pedreira, quer dizer, melhorar a Pedreira, né? ... Porque aqui é uma área central... Aqui nós estamos perto de tudo, a facilidade é muito grande. Qual bairro tem o que nós temos aqui? Não tem! Então isso favorece muito de querer ficar... às vezes você que ir embora, mas você pensa assim: Nossa... Quando eu for pra longe... tem que pegar ônibus, aquela coisa toda (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Ao longo dos anos, parte das obras propostas a partir do diagnóstico foram concluídas por meio do Orçamento Participativo, tais como quarenta unidades habitacionais, o Centro de Saúde, a Escola Profissionalizante, além da urbanização de vias. O andamento das obras, bem como as críticas em relação à morosidade e interrupção destas foi relatado na Edição de Junho de 1997 do *Jornal Fala Pedreira*:

Recomeçou a obra dos 40 apartamentos. Vamos no unir para que desta vez ela possa ir até o final. Já está licitada a obra da Escola Profissionalizante (no grupinho). Enquanto isso, quem fica prejudicado é o povo que espera para começar a estudar. Foi feita a ligação definitiva da água no centro de Saúde. A comunidade agradece o trabalho de José Geraldo e de sua equipe da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) (Jornal Fala Pedreira, p. 03, Edição nº 10, Junho de 1997).

Por meio do *Jornal Fala Pedreira*, os moradores eram chamados à participação de projetos em andamento na Pedreira:

Vários projetos encontram-se em andamento na nossa Comunidade como: o Plano Global, Comissão Local de Saúde, o jornal, vários cursos, esportes e lazer e a futura implantação da rádio comunitária Pedreira. Só que existe muito trabalho para poucas pessoas. Se você tem um tempinho e acredita na força da participação comunitária como instrumento de transformação, venha caminhar conosco. Você verá como é gratificante (Jornal Fala Pedreira, p. 02, Edição nº 19, Maio de 1998).

Nessa mesma edição, o Jornal divulgou as datas das reuniões previstas pelo poder público, e relatou as “participações e trabalhos da Associação União Prado Lopes em prol de nossa comunidade” ocorridas no mês anterior. A partir dessa edição, nos jornais consultados havia uma seção dedicada a relatar as atividades da Associação. As informações a respeito do andamento das ações do poder público também foram amplamente divulgadas, bem como a necessidade de participação dos moradores no Orçamento Participativo.

Na edição seguinte, o Editorial abordou a mudança do nome “favela” nos documentos oficiais da Prefeitura:

FAVELA. Uma palavra bem conhecida dos brasileiros: do pobre, porque na cidade é quase seu lugar natural para morar, do rico também que às vezes tem medo de se aproximar. Mas será que você sabe a origem desse termo? No nordeste é um arbusto de flores dispostas em altura, uma em cima da outra. Daí é fácil ver a semelhança com os barracões amontoados uns sobre os outros nos morros das grandes cidades do nosso país. Parece que nossa Pedreira Prado Lopes encaixa-se bem nessa definição. VILA. Já há alguns meses atrás, notamos que os documentos oficiais da Prefeitura mudaram esse nome, falando de “Vila” é verdade que já mudou muito: 99% dos becos são cimentados ou pavimentados, temos mesmo algumas ruas (mas ainda cheias de buracos!) e alguns equipamentos coletivos existem. Não é mais a anarquia total. Graças a Deus. Porém falta muito da parte da Prefeitura para completar a urbanização. Os moradores também têm que mudar de mentalidade para melhorar a convivência e respeitar os imóveis e espaços públicos. Para merecer o nome de “Vila” devemos fazer um grande esforço ainda em matéria de limpeza urbana. MAIS LONGE. Vem aí o 6º Orçamento Participativo. Vamos aumentar a nossa mobilização neste ano para conquistar mais dinheiro: que nosso sonho de tornar a PPL um bairro semelhante a qualquer outro, começa a tornar-se uma realidade. Assim, pouco a pouco a Pedreira vai virar uma flor ornamental na paisagem da cidade (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 20, Junho de 1998).

Nota-se na escrita do jornal que a elevação à categoria de “Vila” configuraria uma vitória diante da luta pela permanência naquele lugar, a despeito das dificuldades enfrentadas cotidianamente e de tantas outras que ainda se apresentavam. Para alcançar o objetivo, a mobilização dos moradores, bem como a mudança de comportamento exigida para se habitar em um espaço organizado, em oposição à “anarquia” anterior, era fundamental, pois desse modo a Pedreira se tornaria “um bairro como qualquer outro”, mas guardando suas particularidades, norteadas pela memória da luta coletiva para provisão dos seus espaços. Assim, a menção feita pelo jornal à mudança dos documentos oficiais da Prefeitura, faz lembrar o caminho percorrido e a necessidade de alcançar novas conquistas, para se transformar em uma flor ainda mais bela.

Considerações finais

O *Jornal Fala Pedreira* já não circula pelos becos e ruas da Pedreira. As reuniões da União Prado Lopes, associação ativa no processo de diálogo instituído no contexto citado anteriormente, acontecem com menos frequência. É possível inferir que a diminuição da atuação da associação, amplamente divulgada pelo *Jornal*, esteja relacionada ao fato de que parte das urgências referentes ao espaço foram minimamente “resolvidas” e que a mobilização ocorra por outras vias, como, por exemplo, a partir dos movimentos culturais, que se utilizam de novas linguagens e canais de mobilização.

A análise do papel das associações de moradores, espaço de luta e resistência construída no território, possibilita pensar os limites e possibilidades dos processos de democratização instituídos por meio dos novos canais de participação. Compreender a percepção dos novos e antigos moradores permite captar, à luz das transformações realizadas nos espaços, os sentidos históricos atribuídos àquele lugar. Para tanto é necessário, além da escuta daqueles que vivenciam e constroem os espaços, a compreensão das representações construídas pelos documentos e discursos oficiais.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, T. F. R. (2006) Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- ALMEIDA, V. C. A. (2015) Remoção e reassentamento: participação das comunidades nas diretrizes projetuais dos conjuntos habitacionais. Dissertação de mestrado, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- BEDÊ, M. (2005) Trajetória da Formulação e Implementação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão Frente Popular 1993/1996. Instituto de Geociências da UFMG, Belo Horizonte.
- BONDUKI, N. (2004) Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade.
- FONSECA, A. F. & MENEZES, C.L.C. (2004) Um olhar sobre as potencialidades histórico-culturais como atrativos turísticos em Sabará. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- GHON, M. G. (2002, junho). Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. *Cadernos Metrôpole* n. 7, pp. 9-31.
- GUIMARÃES, B. M. (1992, maio). Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. *Análise e Conjuntura FPJ*, Belo Horizonte, v. 7, n 2 e 3.
- LIBÂNIO, C. (2016). O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. *Cadernos Metrôpole*. São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 765-784.
- NASCIMENTO, A.; FONSECA, A. C. O.; BRITO, I. N.; SANTOS, J. R; D’ANGELO, L. F; ZAMIT, M. N. R.; PESSOA, S. C.; OLIVEIRA, T. F. (2019). As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes. In: MARTINS, Bianca Carvalho. (Org). *O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2*. 1ed.: Atena Editora, v. 2, p. 257-271.
- NASCIMENTO, A. (2012) Mundos em miniatura, espaços de celebração: sociabilidade e consumo nas galerias do hipercentro de Belo Horizonte. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil.
- RIBEIRO, N. B. et al. (2001) Becos da memória, desenhos de cidadania. *Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral*. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte.
- SANTOS, L. C.; MAYORGA, C. (2017, janeiro). Entre as fronteiras do morar e o direito de decidir: uma etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte. *Revista de Direito da Cidade*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 233-275.
- URBEL Companhia urbanizadora de Belo Horizonte (1997). Diagnóstico social.
- VARGAS, M. A. R. Construção Social da Moradia de Risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG. (2006) Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.